

ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR NO PARANÁ

Reginaldo Dias*

Preâmbulo

Este artigo, extraído de um estudo mais amplo¹, é uma contribuição aos estudos da experiência da nova esquerda brasileira da década de 60, constituída, segundo a definição de Daniel Aarão Reis Filho, por

Organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro - PCB - e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista.²

Apesar da produção tipicamente acadêmica a respeito não ser abundante, verifica-se crescente interesse pela temática relacionada à nova esquerda, tendência que vem na contracorrente destes tempos em que a revolução, no mundo da política e na academia, deixou de exercer grande poder de sedução³.

* Professor do Dep. História UEM.

¹ Este artigo foi extraído de minha dissertação de mestrado, intitulada **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná - 1962-73**. Assis: Unesp, 1997.

² REIS FILHO, Daniel A. (org.) **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro, Marco Zero, p. 7, 1985.

³ Ver DE DECCA, Edgar, "Rebeldia e revolução na histórica social" In BRESCIANI, M. S., SAMARA, E.M & LEWKOWICZ, I. (orgs.). **Jogos da política, imagens, representações e práticas**. São Paulo, ANPUH; Marco Zero FAPESP.

A presente pesquisa seguiu um caminho pouco explorado pelos mais influentes trabalhos escritos sobre a nova esquerda, que investigaram o conjunto da experiência⁴. Recentemente, têm surgido pesquisas que procuram aprofundar a análise de temas e/ou de experiências específicas⁵. A pesquisa divulgada por este artigo propôs-se a investigar o projeto e a experiência da Ação Popular, uma das mais influentes organizações de esquerda da década de 60⁶, com ênfase em sua atuação no Paraná.

A bibliografia a respeito da experiência da Ação Popular tem as seguintes características: por um lado, as referências estão incluídas em obras abrangentes⁷, nas quais são pincelados, resumidamente, aspectos gerais da política da organização; por outro, os exercícios que procuram abordar especificamente a experiência da AP, não raro produzidos por ex-militantes em livros ou em coletâneas de depoimentos, resultam em disputas pela memória de sua trajetória, forma de justificar as opções mais recentes⁸. Pode-se dizer, na falta de melhor expressão, que faltam abordagens laicas.

⁴A referência direta é aos livros de Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Jacob Gorender. GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo, Ática, 1987. REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo, Brasiliense, 1989. RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, Ed. Unesp, 1993.

⁵A questão de gênero, por exemplo, vem sendo alvo de muitas pesquisas, interessadas em investigar a participação da mulher na experiência das radicalizadas lutas políticas da década de 60.

⁶Os dados coletados pelo projeto “Brasil: nunca mais”, que investigou o alcance da repressão exercida pela ditadura militar sobre a sociedade brasileira, fornecem indicadores da representatividade da AP no seio das organizações de esquerda. O livro *Perfil dos atingidos*, que divulgou os resultados do referido projeto, informa: “entre os processos estudados, 49 eram voltados para as atividades da AP, que se situa, assim, em terceiro lugar no rol das organizações clandestinas mais atingidas quanto ao número de processos. (...) Pode-se observar, quanto ao estado de origem do inquérito, que 11 processos são de São Paulo, 8 de Minas Gerais, 6 da Bahia, 6 do Rio de Janeiro, 4 do Paraná, 4 de Brasília, 3 de Pernambuco, 2 do Rio Grande do Sul, 1 do Ceará, 1 de Goiás, 1 do Maranhão, 1 do Pará e 1 do Piauí”. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos**. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 37.

⁷RIDENTI, M. 1993; GORENDER, J., 1987; GARCIA, M.A. “AP: do cristianismo ao marxismo-leninismo” In **Em tempo**, 20 de setembro de 1979; SILVA, A.O. *História das tendências no Brasil*. São Paulo, Proposta Editora, 1987; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, Vozes, 1990.

⁸Exemplo claro dessa tendência é o livro **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**, em que Aldo ARANTES e Haroldo LIMA procuraram reler toda a trajetória da organização e justificar, com requintes de determinismo, a incorporação da maior parte de sua militância ao PC do B, no início da década de 70. LIMA, H. & ARANTES, A. **História da AP: da JUC ao PC do B**. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

Num caso e no outro, há a tendência de privilegiar os fatos e as políticas globais da vida da Ação Popular. Em relação ao processo de formação da AP, por exemplo, costuma-se enfatizar, de forma quase exclusiva, o papel desempenhado pela JUC - Juventude Universitária Católica. Acentuadas na conjuntura posterior ao golpe militar, as tensões para afirmar determinada linha marxista costumam ser vistas, genericamente, como superação do cristianismo pelo marxismo⁹. O enfoque panorâmico também costuma predominar em relação às disputas pela linha política marxista e sua consecutiva aplicação na leitura da realidade brasileira e na sedimentação de estratégias revolucionárias.

Ficam perdidas no horizonte desse tipo de análise, como procurou demonstrar a pesquisa realizada sobre a experiência da AP no Paraná, outras influências que essa organização política recebeu em seu processo de formação e em toda a sua trajetória. Mais ainda, perde-se de vista a forma concreta assumida por essa experiência em um contexto determinado, observado o entrelaçamento da política geral da AP com práticas sedimentadas em realidades específicas.

Não foi o gosto pelo peculiar e pelo pitoresco que moveu o estabelecimento de tal recorte. Entende-se que pesquisas desse perfil podem contribuir para uma nova síntese sobre o conhecimento da experiência da esquerda brasileira. Isso porque, a despeito de suas formulações mais gerais, a práxis de cada organização constituiu-se a partir de sua inserção concreta em dadas realidades. A aferição dos contornos dessas experiências só pode ser realizada por meio de um exercício de singularização. Essa é uma condição para que o conhecimento sobre o conjunto da experiência possa ser enriquecido e entendido - em analogia com as questões metodológicas desenvolvidas por Marx em **O método da economia política**¹⁰ - como unidade do diverso, síntese de múltiplas determinações.

⁹ É emblemático o título do artigo de Marco Aurélio GARCIA, incluído na série publicada pelo jornal **Em tempo**: "AP: do cristianismo ao marxismo-leninismo".

¹⁰ MARX, Karl. "O método da economia política" In FERNANDES, F. (org.). **Marx & Engels: história**. São Paulo, Ática, 1983. Ao debater questões relacionadas à produção do conhecimento, Marx toma como exemplo o conceito de população. Segundo sua análise, população é um conceito abstrato, se não forem consideradas as classes que a compõem e os elementos sobre os quais estas repousam. O conhecimento concreto supõe, nesse sentido, um exercício de decomposição e recomposição dessa realidade, visto que, quando se faz a viagem de modo inverso, chega-se novamente ao conceito de população, mas "como uma rica totalidade de determinações e relações diversas". Enfim, "o concreto é concreto, porque é concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso". p. 410.

Entretanto, seria incoerente que um trabalho com tal objetivo realizasse, ele próprio, a nova síntese. Pode contribuir, isto sim, para que, em conjunto com outras pesquisas do mesmo perfil, essa síntese venha a ser constituída.

A JUC e Democracia Cristã na constituição da AP paranaense

Na primeira metade da década de 60, a longa hegemonia do PCB no cenário da esquerda nacional começou a ser colocada em xeque pela emergência de novas organizações e partidos: POLOP, PC do B e a AP. Enquanto a POLOP e o PC do B tinham origem na diáspora marxista, o principal núcleo constituinte da AP deitava raízes nos setores leigos do catolicismo, especialmente na JUC - Juventude Universitária Católica. Formada nos anos anteriores para cristianizar os estudantes universitários, a JUC passou, na segunda metade da década de 50, por um processo de politização crescente, para o qual contribuíram a orientação do pontificado de João XXIII e a dinâmica da conjuntura nacional.

No início da década de 60, a JUC tornou-se força dirigente na União Nacional dos Estudantes, fazendo alianças com setores da esquerda estudantil. O processo de radicalização do discurso e da prática dos militantes da JUC chocou-se com os limites tolerados pela hierarquia da Igreja Católica. As alianças com os comunistas, a defesa da escola pública, as referências à revolução e ao socialismo, tudo isso contribuía para a deterioração das relações.

A função da JUC, que aglutinava por confissão religiosa, foi considerada superada e colocou-se o imperativo de criação de uma organização política não-eclesial, que pudesse desempenhar, de maneira autônoma e mais ampla, uma função especificamente política. Em 1962, foi desencadeada uma série de reuniões e, em menos de um ano, estaria constituída a Ação Popular.

A presença dos cristãos, egressos das organizações leigas da Igreja Católica, não era exclusiva, mas foi predominante nessa fase da experiência da AP. Suas principais frentes de atuação política herdaram os resultados do trabalho que seus militantes haviam desenvolvido, na condição de membros dos setores leigos, no movimento estudantil e nos movimentos populares.

O processo de formação da AP foi consagrado pelo Documento Base, síntese teórica e política do projeto da emergente força política. Buscando “caminhos e ideologias próprias”, o Documento Base promoveu uma espécie de diálogo entre o pensamento cristão progressista

e o marxismo. Com certa imprecisão conceitual e estratégica, definiu-se pela necessidade da revolução socialista¹¹.

Embora tivesse militantes de base no movimento estudantil desde 1963, a AP - informam os relatórios da DOPS-PR¹² - organizou-se no Paraná, de fato, em 1967, quando foi constituído o Comando Regional (CR)², abrangendo o Paraná e Santa Catarina. A cronologia disposta pelos relatórios da DOPS¹³ menospreza a fase anterior à constituição do CR-2, em que se verificam importantes experiências.

A exemplo de sua trajetória nacional, um dos eixos de constituição da Ação Popular no Paraná foi a JUC, como afirma Paulo Gustavo Barros de Carvalho¹⁴, um de seus fundadores. Tendo tido militância na Juventude Estudantil Católica quando residia no estado de São Paulo, Paulo Gustavo radicou-se no Paraná, em 1962, para estudar medicina na Universidade Federal local.

Integrar a JUC paranaense foi a continuação coerente de sua trajetória de ex-militante da JEC, organização leiga para os estudantes católicos secundaristas. Por conta dessa ligação e do crescente envolvimento com o movimento estudantil paranaense, Paulo Gustavo, que acompanhava com interesse, desde os tempos de secundarista, a evolução política dos cristãos engajados, incorporou-se à AP em 1963, quando participava de um congresso da UNE.

Mas a AP paranaense teve outro eixo de sustentação, a JDC (Juventude Democrata Cristã), fato bastante singular na história da organização. Quem relata é Oscar Alves¹⁵, estudante que se deslocou, no final da década de 50, do interior do Paraná para Curitiba, integrando-se, em razão de sua ligação com o movimento estudantil, às fileiras da Juventude Democrata Cristã. No Paraná, a JDC era, no início dos anos

¹¹ Cópia do Documento Base foi incluída na coletânea organizada por REIS FILHO, D.A. & SÁ, J. Ferreira (orgs.) **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

¹² Inquérito 12/71, Departamento de Polícia Federal- Delegacia Regional do Paraná. Consta do Acervo "Ação Popular". Arquivo: DOPS-PR.

¹³ Cabe observar que é corrente o hábito de se referir à DOPS de maneira masculina: "o DOPS". No caso do Paraná, a sigla exige tratamento feminino, já que se tratava da Delegacia de Ordem Política e Social. Esse detalhe foi observado por Adolpho Mariano da COSTA, (na época) diretor do Arquivo Público do Estado do Paraná, em seu artigo "O DOPS e os trabalhadores" In **Cadernos da UPT**, Curitiba, n. 1, 1993. p. 8.

¹⁴ Cf. entrevista concedida ao autor.

¹⁵ Cf. entrevista concedida ao autor.

60, a força hegemônica do movimento estudantil. De seus quadros saíram alguns dirigentes e presidentes da União Paranaense dos Estudantes.

Para Oscar Alves, foi natural que a JDC se aproximasse da AP, dada a influência do cristianismo na origem e na linha política dessa organização. Paulo Gustavo¹⁶, crítico da Democracia Cristã, considerava tal aproximação um fato de fácil compreensão. Não tendo forte representatividade nacional, a JDC teria de se ligar a setores organizados nacionalmente para exercer influência no movimento estudantil. Por causa da rivalidade existente, no início da década de 60, entre o PCB e a AP, a JDC, eivada de anticomunismo, inclinou-se para a última. Segundo a visão retrospectiva de Paulo Gustavo, a AP, além de ter raízes na Igreja Católica, também não estava isenta de certo grau de anticomunismo.

Não obstante, o depoimento de Paulo Gustavo é todo matizado pela ênfase na distância de perspectiva política entre os setores egressos da JUC e a Democracia Cristã. Reconhecendo que a AP tinha um horizonte socialista próprio e se definia como uma organização revolucionária, aponta que a identidade da Democracia Cristã era diferente. Por seu turno, o depoimento de Oscar Alves preferiu ressaltar as convergências.

A análise dos documentos políticos permite identificar, pelo menos em termos de atuação conjuntural, alguns pontos de contato entre o programa do Partido Democrata Cristão e a perspectiva da AP: nacionalismo, estímulo à sindicalização rural, reforma agrária etc.¹⁷. No plano estratégico, entretanto, as diferenças se explicitavam. A AP fazia, então, a crítica do capitalismo e da ditadura do proletariado, mas assumia, na busca de caminhos próprios, uma perspectiva socialista, entendida como a implantação de um Estado de novo tipo e supressão da propriedade privada.

Já o Partido Democrata Cristão criticava, ao mesmo tempo, a concentração da propriedade privada e a sua supressão pelo "comunismo", preconizando uma terceira via baseada no humanismo cristão¹⁸. Enfim, como reconheceu Oscar Alves e é sobejamente conhecido, a Democracia Cristã não tinha identidade anticapitalista,

¹⁶ Cf. entrevista concedida ao autor.

¹⁷ Ver os programas do PDC, particularmente o de 1961, em CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas.** Brasília, UnB, 1985.

¹⁸ *Idem.*

orientando-se pela defesa da propriedade privada e por reformas que humanizassem, de acordo com a doutrina social da Igreja, o capitalismo¹⁹.

As nuances da postura concreta do PDC puderam ser sentidas na decisiva conjuntura do golpe militar de 1964. Ney Braga, então governador do Paraná, filiado ao PDC e um dos seus principais líderes em nível nacional, incluiu-se entre os articuladores do golpe de Estado e esteve entre os principais colaboradores da ditadura militar. A tendência reformista era mais forte na JDC. Mesmo assim, algumas lideranças da juventude, como Oscar Alves, acabaram se incorporando ao partido de sustentação do governo militar. Outras lideranças com lastro na JDC, como José Richa, ex-presidente da UPE, cerraram fileiras com a oposição²⁰.

Entretanto, Régines Prochman²¹, principal dirigente da AP nesse momento, esclareceu que os militantes da JDC não tinham vínculo orgânico com a Ação Popular. Na prática, houve, durante certo tempo, uma espécie de frente comum de atuação entre a Ação Popular e os setores de esquerda da JDC, que tinham militância no movimento estudantil e estavam à frente da União Paranaense dos Estudantes. A relação, no entanto, era bastante estreita, visto que Oscar Alves se identificava como ex-militante da AP e que Paulo Gustavo entendia a participação da JDC dessa mesma maneira.

A influência da Ação Popular, considerados os dois setores, não ia muito além do movimento estudantil. O grupo ligado à JDC era mais influente, na medida em que vinha dirigindo a UPE (União Paranaense dos Estudantes) desde o início da década, condição que perdeu pouco antes do golpe de 1964 para setores de direita. Os setores oriundos da JUC, por sua vez, tinham militância em alguns diretórios estudantis da capital paranaense.

No conjunto, a organização da AP era frágil. De um lado, estava radicada em Curitiba e não se irradiava para outros centros geográficos do estado. De outro, diferentemente do que ocorria em outros estados, não havia ramificação no movimento dos trabalhadores da cidade e do

¹⁹ O depoimento de Herbert de Souza, resposta às tentativas que o PC fazia de caracterizar a prática da AP como confessional, é esclarecedor. “Não somos democracia cristã. A democracia cristã leva à direita, é intrinsecamente conservadora” in MORAES, D. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 74.

²⁰ Sempre pelo MDB, José Richa veio a ser candidato ao senado em 1970, elegeu-se prefeito de Londrina em 1972 e conquistou uma cadeira no Senado em 1978. Pelo PMDB, foi eleito, em 1982, governador do Paraná.

²¹ Cf. entrevista concedida ao autor.

campo²², embora o Paraná fosse palco, por exemplo, de intensa sindicalização rural nesse período, processo protagonizado pelo PCB²³. Ao todo, a organização tinha pouco mais de uma dezena de militantes.

Desarticulação e rearticulação da AP

A repressão que se abateu sobre os movimentos sociais e as organizações de esquerda após o golpe de 64 contribuiu para que a AP paranaense sofresse um período de desarticulação. Houve afastamento natural de alguns militantes; outros, em consequência das represálias que sofreram, como o médico Régines Prochman, também se distanciaram da militância direta. Assim, na conjuntura imediatamente posterior ao golpe, a organização da AP - se for possível falar nestes termos - estava resumida a duas pessoas: Paulo Gustavo e Celerino Carriconde. Foram eles os protagonistas da transição dessa primeira fase para o novo período que a organização viveria a partir de 67, quando foi constituído o CR-2²⁴.

Nesse período de transição, os militantes remanescentes da AP ligaram-se às atividades de reorganização do movimento estudantil. Na verdade, não se pode dizer que a ação da repressão tenha desmantelado o movimento estudantil paranaense, na medida em que havia, mesmo antes do golpe militar, forte influência conservadora. O caso mais flagrante era a UPE, que já vinha sendo dirigida por estudantes simpáticos, para usar um eufemismo, às mudanças verificadas no comando do país²⁵.

Em nível nacional, as primeiras ações de reconstituição do movimento estudantil ocorreram no combate à implementação da Lei Suplicy de Lacerda, que, tendo como objetivo a edificação de organizações estudantis atreladas ao Estado, colocara na clandestinidade as antigas Uniões Estaduais de Estudantes e a UNE²⁶. Como não se

²² A esse respeito, Prochman, Alves e Paulo Gustavo foram unânimes.

²³ Acerca dessa questão, é imprescindível consultar dois trabalhos recentes: PRIORI, A. **O protesto do trabalho**. Maringá: EDUEM, 1996; SILVA, O. H. **Communistes et anticommunistes: l'enjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Paraná de 1945 à la fin des années 70**, Thèse pour le doctorat de sociologie, Ecole des hautes études en sciences sociales, Paris, 1993.

²⁴ Diz o anedotário político que Roberto Requião, atual senador da República e na época militante estudantil de esquerda, apelidou, com o humor de quem perde o amigo mas não a piada, Paulo Gustavo de "50%". Cf. depoimento de Paulo Gustavo.

²⁵ João Roberto MARTINS FILHO incluiu a UPE entre as UEEs que apoiaram tacitamente o golpe militar de 1964. MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**. São Paulo, Papirus, 1987.

²⁶ Ver POERNER, A. **O poder jovem**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

contrapunha às diretrizes do governo federal, a UPE passou incólume por essas mudanças. Assim, era preciso fazer oposição à linha assumida pela entidade estudantil e ganhá-la para outra perspectiva política, afinada com a resistência à ditadura e a tudo o que ela representava.

Dois processos contribuíram para que, em 1966, a organização da AP começasse a ser reconstituída. O primeiro foi decorrente das mobilizações em que os militantes da AP se engajaram. O impulso que o movimento estudantil vinha ganhando nos principais centros do país se refletia no Paraná, colaborando para que a linha da UPE ganhasse lentamente novos matizes, tendência que se consolidou quando a esquerda passou a dirigir a entidade²⁷. Outra mobilização foi a campanha do voto nulo, adotada pela organização nacional da AP. Em decorrência desses processos, houve adesão de alguns estudantes e, em meados de 1966, estava esboçada a constituição de um novo núcleo da AP em Curitiba.

O outro fator a contribuir para a reconstituição foi a iniciativa, desencadeada pela direção nacional, de aproximar e ganhar a adesão de um grupo independente de esquerda. Tratava-se de um grupo heterogêneo. Alguns eram egressos do PSB, partido de existência frágil no Paraná antes de 1964 e que não sobreviveu às políticas da ditadura, caso, por exemplo, de Edésio Passos e Valmor Marcelino, que se tornaram dirigentes de expressão da organização regional da AP. Havia, também, pessoas sem vinculações partidárias anteriores. Os pontos convergentes, regra geral, eram o marxismo e a divergência, a exemplo de toda a nova esquerda nascente no período, com a linha política do PCB²⁸.

Segundo Edésio Passos, com a evolução do processo de reorganização da esquerda e de resistência que começava a surgir no país, o grupo a que ele se ligava, remanescente do período anterior a 1964,

²⁷ Cf. documento "Pela participação consciente e organizada dos estudantes no ME", "só a partir de 66/67, é que a UPE começa a reconquistar a representação política dos estudantes, engajando-se nas lutas gerais do ME brasileiro, reconhecendo a UNE como verdadeira entidade de coordenação nacional". Embora não esteja assinado, constata-se que esse documento, claramente identificado com posições de esquerda, é uma plataforma de trabalho para a sucessão da direção da UPE. O ano de edição, segundo se depreende das informações contidas no texto, é 1968. Consta da pasta "Movimento Estudantil". Arquivo: DOPS-PR.

²⁸ Nuança que somente o contato direto com a coleta de depoimentos pode fornecer, é visível, apesar da distância cronológica, a forma ácida com que a política do PCB ainda é tratada pelos ex-militantes da AP. O depoimento de Valmor Marcelino é, por exemplo, muito representativo dessa postura.

mantinha-se vinculado à esquerda e comprometido com as lutas encetadas, mas sentia a necessidade de se organizar. Havia, é verdade, opções para o referido agrupamento de militantes independentes, mas elas não exerciam grande poder de atração.

Um primeiro vetor recusado foi o da reorganização dos partidos comunistas, PCB e PC do B. Não havia, também, identidade com a política do foco guerrilheiro, entendida como militarista e vanguardista. Por seu turno, a política institucionalizada do MDB era considerada estéril. A teoria do foco era recusada, mas havia a compreensão de que o desdobramento do processo levaria ao enfrentamento armado com a ditadura militar²⁹.

A Ação Popular tinha algumas características bastante atraentes, avaliou Edésio Passos. Em primeiro lugar, não tinha vinculação com a ortodoxia dos partidos comunistas. Segundo, tinha tradição de luta de massas, nos movimentos sindicais e estudantis. Mesmo as políticas institucionais adotadas pela organização tinham ligação com a transformação radical da realidade. Terceiro, era uma organização que, por estar em processo de reavaliação interna de seu conteúdo, oferecia maior possibilidade de discutir as teses. "Nós nos sentíamos mais criativos nesse processo", resumiu Passos³⁰.

Em suma, em razão das negociações entre esse grupo de militantes independentes e a direção nacional e do trabalho de ampliação do pequeno núcleo remanescente, foi constituído, em 1967, o Comando Regional 2 da Ação Popular, dirigido por Edésio Passos, Valmor Marcelino e Paulo Gustavo B. Carvalho. É a partir desse momento, enfim, que os órgãos repressivos passam a reconhecer a existência organizada da AP no Paraná. O peso dos novos militantes, recentemente incorporados, pode ser medido pela composição da direção.

Com base nos dados dispostos no Inquérito 12/71³¹, promovido pelos órgãos repressivos contra os militantes da organização regional da AP, podem ser balizadas algumas características de sua composição nessa conjuntura. Desse inquérito constam os nomes de 16 militantes, número que se aproxima do contingente de quadros organicamente então ligados à AP no Paraná, que conseguia, por meio das atividades desencadeadas, granjear simpatizantes e exercer influência mais ampla. Os dados demonstram que, para 14 dos nomes citados, a AP era a primeira

²⁹ Cf. entrevista concedida ao autor.

³⁰ Cf. entrevista concedida ao autor.

³¹ Inquérito 12/71- Dep. de Polícia Federal -Delegacia Regional do Paraná. Consta do acervo "Ação Popular". Arquivo: DOPS-PR.

experiência partidária. A exceção fica por conta de Edésio Passos e Valmor Marcelino, oriundos do PSB. Predominavam militantes do sexo masculino, já que apenas 6 mulheres foram indiciadas.

Como era comum nas organizações nascentes, tratava-se de uma militância muito jovem, cuja faixa etária estava situada, em 1968, entre 20 e 30 anos, incluindo dois membros do comando, Edésio Passos e Paulo Gustavo. Quase sempre oriunda do movimento estudantil³², essa juventude tinha, de fato, ligações com o Paraná, visto que se registrava apenas um caso de militância com origem em outro estado. Mesmo assim, a origem era Santa Catarina, área de abrangência do Comando Regional 2.

A reorganização da AP tinha origem em dois troncos, um remanescente da fase anterior a 64 e outro incorporado após o golpe militar, mas não havia divergências fundamentais. A identificação com o marxismo, forte no grupo recentemente incorporado, também predominava nos remanescentes, apesar de suas origens cristãs, completando-se uma transição que, de resto, já se verificava na organização nacional da AP. Assim, não houve nenhuma dificuldade de entrosamento³³.

A rearticulação da AP no Paraná aconteceu numa conjuntura em que, em nível nacional, ocorria um processo de redefinição de linha política da organização. Formalizando discussões que ganhavam corpo em seu interior, a AP aprovou, em 1967, duas resoluções de grande alcance. A primeira referia-se à necessidade de construir o partido de vanguarda para a direção do processo revolucionário. A segunda era a resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico, convocando a militância ao estudo e ao debate organizado do marxismo³⁴. Inspiradas em vertentes marxistas, duas posições disputaram a hegemonia interna no "Debate Teórico e Ideológico", cada qual apresentando postulados sobre a caracterização da sociedade brasileira e sobre os caminhos para a revolução.

³² Como se observa na pesquisa de Marcelo Ridenti, divulgada no livro **O fantasma da revolução brasileira**, tais características eram comuns nas organizações de esquerda do período.

³³ Cf. depoimentos de Edésio Passos, Paulo Gustavo e Valmor Marcelino.

³⁴ Cf. LIMA, H. & ARANTES, A. **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984, p. 68.

O maoísmo estava representado na "corrente 1"³⁵, cujas teses estavam consubstanciadas no chamado "esquema de seis pontos", flagrantemente inspirado na linha chinesa. Afirmando o maoísmo como a terceira etapa do marxismo³⁶, o marxismo da atualidade, essa posição entendia que o Brasil era um país semicolonial e semifeudal e que a revolução a ser realizada era de tipo nacional-democrático. O centro de gravidade da revolução, mediada pela estratégia da guerra popular prolongada, deveria ser o campo³⁷. Sob o eco da revolução cultural chinesa, preconizava que a militância da AP, de origem pequeno-burguesa, deveria ser "proletarizada", ou seja, transferida para o universo da produção, tanto no campo quanto na cidade.

A "corrente 2", em relação à caracterização da sociedade brasileira, partia da pressuposição de que ela era capitalista. Portanto, a revolução deveria ter imediatamente um caráter socialista. Diferentemente da primeira corrente, entendia que nunca houvera um partido de vanguarda no Brasil e que cumpria construí-lo. Por fim, não defendia a tese de que havia uma terceira etapa no marxismo

³⁵ A utilização das denominações "corrente 1" e "corrente 2" para fazer referência às posições em disputa segue a mesma terminologia adotada pela AP. Ver, por exemplo, LIMA & ARANTES, 1984.

³⁶ Eis um exemplo da visão dos maoístas da AP acerca das etapas da evolução do marxismo: "Karl Marx, através da análise das leis específicas da sociedade capitalista e do estudo da história, descobriu as leis gerais que regem o desenvolvimento das sociedades humanas. Descobriu que as classes surgiram numa determinada etapa desse desenvolvimento e que o capitalismo seria o resultado inevitável do desenvolvimento da sociedade(...). E que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado, estágio que precede e abre o caminho para o comunismo(...). Por seu turno, Lenin viveu uma nova época histórica cujos novos problemas exigiram um desenvolvimento criador da doutrina marxista, elevando-a a uma nova etapa(...). O leninismo é o marxismo da época em que surgiu o imperialismo e quando a revolução proletária passou para a ordem do dia como uma tarefa prática imediata(...). Mao Tsé-tung vive hoje uma nova época histórica, para cujos problemas teve que elevar o marxismo a uma nova etapa para solucioná-la corretamente. É a época em que o imperialismo caminha para seu desastre final e a revolução proletária avança em todas as partes do mundo." In: **Combater o dogmatismo de direita e isolar os liquidacionistas nas fileiras do partido**(mimeo), documento elaborado, em 1972, por uma das alas da AP, p. 58-59.

³⁷ "O fato é que o maoísmo se caracterizaria pela valorização do camponês, não só como ator principal na luta pela tomada do poder, mas também como vanguarda no projeto de construção do socialismo. Essa foi, sem dúvida, a marca registrada do maoísmo e sua principal inovação do ponto de vista do pensamento revolucionário do século XX". Cf. REIS FILHO, D.A. "O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros" In REIS FILHO, D.A. et alii. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. V. I, p.113.

Em 1968, após um tenso processo de disputa interna, a AP definiu-se pela “linha chinesa”. A consolidação da linha maoísta não ocorreu, porém, de forma indolor. Tal disputa levou à cisão e à criação, por parte da dissidência, do PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores. De qualquer modo, a Ação Popular converteu-se, definitivamente, em uma organização política marxista.

Os militantes do Paraná, a despeito da diversidade de sua origem, inclinaram-se para a chamada "corrente 1". Os militantes com passado na JUC, que eram minoritários no Paraná, identificavam-se naturalmente com a prática de servir o povo, viver como ele, inspirada no maoísmo, não obstante a diferença de horizonte entre essa vertente marxista e o cristianismo. Para militantes de formação nitidamente marxista, como Edésio Passos e Valmor Marcelino, a opção decorria, segundo seus depoimentos, da recusa do "vanguardismo" e do "foquismo" representados pela "corrente 2" e da identificação com o significado da proposta da "corrente 1"³⁸.

Ramificações da AP: o maoísmo na terra dos cafezais

Constituído o CR-2, a primeira atribuição da nova direção era promover estudos para a implementação de trabalhos em frentes de luta popular, sindical e estudantil. Para tanto, foram importantes os contatos que alguns militantes mantinham de experiências anteriores. Edésio Passos, na condição de advogado trabalhista, valeu-se da relação que mantinha com sindicatos e lideranças sindicais da capital e do interior do estado. O mesmo vale para Valmor Marcelino, jornalista e teatrólogo, em relação aos intelectuais e ao movimento de cultura. Por sua vez, Paulo Gustavo, dadas as suas vinculações com a JUC, tinha contatos junto ao movimento estudantil³⁹.

Em Santa Catarina, o trabalho da AP tentou se ramificar principalmente na região carbonífera de Criciúma. No Paraná, a AP buscou ramificações privilegiadamente em duas regiões. A primeira abrangia Curitiba, onde, apesar da preocupação com o movimento operário, a AP obtinha mais retorno junto ao movimento estudantil. A segunda estendia-se pelo norte do estado, especialmente pela implantação de um núcleo no município de Maringá.

³⁸ Cf. depoimentos de Edésio Passos e Valmor Marcelino.

³⁹ Cf. depoimentos dos três ex-dirigentes.

O movimento estudantil da capital do estado absorveu, até 1968, a quase totalidade dos membros da AP do Paraná. Note-se que 9 dos indiciados no inquérito acima citado⁴⁰ tiveram, em 1968, sua atenção voltada para o movimento estudantil, incluindo uma professora que colaborava com a organização desse movimento. Não se tratava, entretanto, de uma política que concebesse o movimento estudantil como a vanguarda da revolução social. Ocorre que a militância tivera origem nesse setor, que desempenhou singular papel na explosiva conjuntura de 1968. O objetivo da AP do Paraná, em sintonia com as definições que vinham sendo tomadas em nível nacional, era implantar a proletarização de sua militância "pequeno-burguesa".

Foi sob os influxos da estratégia revolucionária maoísta que a AP procurou se instalar na região de Maringá, norte do estado. Pesaram dois fatores para tal escolha. O primeiro era a tradição de lutas dos trabalhadores rurais na região, construída, antes de 1964, sob a direção do PCB. O segundo era o perfil socioeconômico da região, terreno que a direção da AP considerava fértil para colocar em prática sua concepção de revolução camponesa. Visava-se, pois, à sedimentação, observadas as muitas mediações necessárias, da estratégia da guerra popular⁴¹.

A região, colonizada recentemente, era conhecida pela economia cafeeira, à qual correspondiam diversas relações de trabalho tradicionais. A importância econômica do setor rural e essas relações de trabalho alimentavam a tese, assumida pela AP, de que havia um setor semifeudal na economia e de que a revolução viria do campo. Não obstante reivindicar o estatuto de cientificidade para a análise que fazia da realidade, a AP, para dizer o mínimo, subestimou (ou não percebeu) o fato de que a região, na exata conjuntura em que procurava colocar em prática sua estratégia, vivia um processo acentuado de transformação.

Além de a economia e a relações de trabalho estarem distantes de qualquer possibilidade de serem tipificadas como semifeudais, a região vivia um processo de modernização da agricultura. As culturas permanentes, como o café, já vinham sendo substituídas e viveu-se, daí em diante, o reinado da soja e do trigo. As relações de assalariamento explícito, incluindo os trabalhadores volantes, passaram a predominar. A urbanização, tendência verificada nacionalmente, foi particularmente acentuada na região. Nada, enfim, que pudesse legitimar uma revolução camponesa.

⁴⁰ Cf. Inquérito 12/71.

⁴¹ Cf. entrevista de Edésio Passos ao autor.

Considere-se, também, que a tradição de lutas referida pela AP tinha registros mais complexos. A tradição de lutas constituída pelo processo de sindicalização rural visava, principalmente, à conquista de paridade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores do campo e os da cidade. Como escreveu Priori, os sindicatos dos trabalhadores rurais, influenciados pelo PCB, estavam mais preocupados com a luta por melhores salários e direitos trabalhistas do que com a reforma agrária⁴². Se essa tradição era um ponto de partida para o projeto da AP, ela não sedimentara a compreensão de que a revolução teria um caráter camponês.

A implantação na área urbana de Maringá era apenas um ponto a partir do qual se pretendia construir a organização e dar suporte para a sua irradiação em toda a região. Embora não fosse essa a prioridade da estratégia da AP, centrada na concepção de revolução camponesa, foi junto aos trabalhadores urbanos de Maringá que se verificou sua articulação mais efetiva no desencadeamento de ações organizadas e de lutas de massas⁴³.

Em outubro de 1968, a AP liderou um processo grevista de impacto na conjuntura da região e de repercussão estadual. A dinâmica e o cotidiano da greve foram complexos. Nos limites desta exposição, cumpre indicar algumas de suas características mais importantes. Acentue-se, primeiramente, que a mobilização visou a atingir a feição de uma greve geral. A Ação Popular, esclareceu Edésio Passos, um de seus principais dirigentes estaduais,

⁴²Cf. PRIORI, 1996, p. 86.

⁴³ Duas outras referências são necessárias acerca da relação da AP com os movimentos de trabalhadores. Em outubro de 1968, a AP manteve proximidade com a greve dos bancários de Curitiba. Todavia, como esclareceu Cláudio Ribeiro, dirigente sindical que se identificava com as posições da AP, a greve seguiu uma dinâmica própria. Ribeiro, em entrevista concedida para esta pesquisa, afirmou que ele próprio ainda não mantinha relações muito estreitas com a AP e que os estudantes ligados a essa organização, acompanhando os desdobramentos da greve de perto, eram críticos da direção que o movimento assumia. Nos relatórios dos órgãos repressivos, Cláudio Ribeiro somente seria identificado como militante da AP após 69. Mesmo em relação a esse período, afirma que não chegou a assumir funções importantes na AP, embora fosse, pelo papel desempenhado no movimento dos bancários, dirigente sindical de expressão. O segundo registro refere-se à região sudoeste do Paraná, palco tradicional de lutas pela terra. Há indícios de que a AP buscou implantação nessa região, mas não foi possível dimensionar, nos documentos e nos depoimentos, a extensão e enraizamento desse trabalho. Tudo indica que a região polarizada por Maringá foi, de fato, o palco do principal esforço da AP na articulação com os movimentos de trabalhadores da cidade e do campo.

Esboçou plano de deflagração de uma greve geral em outubro de 1968, que abrangia todos os Estados, mas que surtiu efeito somente em alguns setores. Um desses foi Maringá (...). Unindo reivindicações específicas das categorias profissionais com palavras de ordem políticas (contra a ditadura) foi possível um movimento de grandes proporções para a cidade e região, com repercussão nacional.⁴⁴

A ligação da AP com a articulação desse movimento iniciou-se com o deslocamento do advogado Edésio Passos para a região. Juntamente com sua esposa, a professora Zélia Passos, Edésio Passos desempenhou papel destacado na rearticulação das lutas sindicais do município, na conjuntura pós-64. Para o início das atividades da AP, contribuiu a condição profissional de advogado trabalhista de seu dirigente, cuja atuação, segundo suas próprias palavras, dividia-se em três níveis. O primeiro era o campo aberto da atuação profissional e sindical. O segundo, de dimensões organizativas, era a constituição de sindicatos e entidades estudantis. O terceiro, mais difícil porque clandestino, era a organização da AP.

Não obstante as amarras existentes sobre o movimento sindical, impostas pela política coercitiva da ditadura militar, havia um terreno propício ao trabalho político, avaliou Edésio Passos. Ocorre que as condições de trabalho eram muito precárias, até porque a legislação trabalhista não era respeitada por muitas empresas. Isso criava condições para que os trabalhadores se aproximassem dos sindicatos e cobrassem posições mais conseqüentes de seus dirigentes.

O trabalho foi centralizado nas entidades em que era possível ter uma base de sustentação mais direta: motoristas, bancários, trabalhadores da construção civil, operários das indústrias de transformação de alimentos. Procurou-se estabelecer, no contato com as entidades sindicais dessas categorias profissionais, a dialética de atingir, a partir das reivindicações trabalhistas, níveis de consciência política que dessem conta das contradições das políticas da ditadura militar.

Houve maior sedimentação política junto aos bancários e aos trabalhadores das indústrias alimentícias. Com uma diferença: no primeiro caso, houve parceria com a direção do sindicato, que estava integrada a um calendário estadual e nacional de lutas; no segundo caso, houve esforço para articular a constituição da entidade sindical da categoria e para estabelecer a pauta e o cronograma de lutas.

⁴⁴ Entrevista divulgada pelos **Cadernos da UPT**. Curitiba, nº 1, 1993, p. 18.

De fato, a dinâmica de lutas dessas duas categorias foi o suporte principal das mobilizações verificadas em outubro de 1968. No caso dos bancários, houve convergência com a data-base da categoria e com as negociações e mobilizações que vinham sendo encetadas em nível estadual e nacional. No caso dos trabalhadores das indústrias alimentícias, reivindicações trabalhistas frustradas impulsionaram a mobilização.

No dia 1º de outubro de 1968,⁴⁵ data da deflagração da greve, a paralisação não chegou a irradiar-se pelo conjunto dos setores que se encontravam na órbita da mobilização. Frustrados com a sorte de sua campanha reivindicatória, os operários da Cia. Norpa, empresa das indústrias alimentícias, paralisaram suas atividades, como planejado. Houve a não-esperada adesão dos operários da Cia. Cruzeiro, empresa do mesmo setor, mas a irradiação da paralisação não foi muito além.

Somente no dia 4 o setor bancário de Maringá promoveu breve paralisação, interrompida por causa da dinâmica das negociações que a federação da categoria entabulava com o patronato. Em nível estadual, a greve dos bancários, que fora desencadeada em Curitiba, já havia sido, por conta das negociações, suspensa. Mesmo criticando a negociação, o sindicato local teve de se incorporar ao acordo. Houve, além disso, ensaio de mobilização entre os operários da construção civil, trabalhadores em empresas de transporte coletivo (urbano e intermunicipal) e estudantes secundaristas.

A greve do setor alimentício, evidenciado o esgotamento do seu papel de irradiação da greve geral em nível municipal, procurou, a partir de sua pauta de reivindicações, soluções próprias. Entretanto, a negociação, após prolongado impasse, avançou pouco. Na Cia. Norpa, a negociação foi realizada nos seguintes termos: reintegração dos grevistas que não foram demitidos; pagamento dos dias paralisados; concordância em submeter as reivindicações trabalhistas à apreciação judicial. Na Cia. Cruzeiro, diante dos termos insatisfatórios das negociações, os grevistas decidiram encerrar a paralisação.

Do ponto de vista da conquista de reivindicações, como se vê, a greve do setor alimentício não logrou êxito. As represálias sobre os trabalhadores envolvidos foram imediatas. O processo de organização sindical da categoria sofreu descontinuidade. A legalização da Associação como sindicato exigiu, sob os influxos da DRT (Delegacia

⁴⁵ Em entrevista ao autor, Passos enfatizou que a data 1º de outubro havia sido escolhida porque era o aniversário da Revolução Chinesa.

Regional do Trabalho), que houvesse interrupção dos passos dados e a constituição de um novo processo, com a renovação de dirigentes.

Alguns dirigentes da Associação, além de seu assessor jurídico, foram denunciados por crime contra a segurança nacional, sob a acusação de terem promovido greve ilegal em serviços essenciais ao Estado.⁴⁶ O processo não prosperou, mas foi um emblema de como deveriam ser tratadas as questões sindicais. A descontinuidade no processo de organização que se iniciava, interrompido pelos tentáculos do Estado de Segurança Nacional, foi flagrante.

Dada a diferença de repercussão em cada categoria e setor que procurava atingir, pode-se falar em ensaio, mas não na ocorrência de uma greve geral propriamente dita. A repercussão da greve foi, no entanto, muito mais ampla do que o número de pessoas e de setores que a ela aderiram. Edésio Passos avalia que, no primeiro dia, a cidade praticamente parou. Não há dados documentais disponíveis para confirmar essa avaliação, mas é fácil constatar que o impacto se irradiou para toda a cidade.

Os relatórios da polícia política são reveladores. Em 2 de outubro, registrou-se não apenas o início da greve nas empresas citadas, mas evidenciou-se a preocupação com sua eventual irradiação para outras empresas do mesmo setor, caso da Sanbra⁴⁷. A preocupação não era inócua. A paralisação dessa empresa, que tinha cerca de 1.300 empregados, ampliaria sensivelmente o impacto da greve.

No dia 4 de outubro, além de registrar a adesão dos bancários à greve, o relatório comentou que os rumores indicavam a possibilidade de a paralisação se estender também ao Expresso Maringá e à Viação Maringá⁴⁸. Além disso, constatou-se que era boa a repercussão junto ao meio estudantil, particularmente no setor secundarista, que preparava uma passeata de apoio ao movimento.

Em 5 de outubro, um dos principais jornais da cidade editou um tablóide especial sobre a mobilização, com a seguinte manchete:

⁴⁶ A insólita denúncia calçava-se no fato de a Cia. Norpa fornecer seus produtos para a COBAL – Cia. Brasileira de Alimentação. O auditor da 5ª Região Militar não acolheu a denúncia, considerando que tal situação não incluía a indústria entre "os serviços essenciais". O procurador militar recorreu dessa decisão ao Superior Tribunal Militar, mas não obteve êxito. Decidiu-se que não havia infração à Lei de Segurança. Cf. Superior Tribunal Militar, Recurso Criminal nº 4.301, Estado do Paraná.

⁴⁷ Cf. Informação nº 21 PM-PR 2/68. Em entrevista ao autor, Edésio Passos revelou que, a despeito das tentativas, não houve possibilidade de a AP sedimentar seu trabalho junto aos operários da SANBRA -Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil.

⁴⁸ Essas empresas, respectivamente, faziam o transporte intermunicipal e urbano.

"Maringá pode parar"⁴⁹. A reportagem fazia o registro dos setores em que a paralisação se efetivara e destacava sua possível irradiação. Também são registradas manifestações de solidariedade de algumas entidades sindicais à greve, justamente aquelas que estavam na órbita da mobilização⁵⁰.

Acrescente-se, nesse sentido, que foi constituído, muito cedo, um "Comitê de Apoio aos Operários em Greve", composto por entidades sindicais, estudantes e representantes do clero. Com o objetivo de dar suporte material e político ao movimento dos operários das indústrias alimentícias, esse comitê tinha o seguinte lema: "Ajude um grevista a ajudar você com sua luta por todos"⁵¹.

As demais paralisações anunciadas não vingaram⁵², mas pode-se dizer, como demonstram os documentos destacados, que a cidade viveu esses primeiros dias de outubro de 1968 sob o signo da greve geral. Até porque a eventual irradiação, esperada pelos próprios órgãos repressivos, tinha como alvo os serviços de transporte coletivo, cuja paralisação afetaria a vida da maior parte da população.

Como se verifica pela análise de panfletos políticos, eram evidentes a sincronia de ação e a convergência de objetivos entre os setores colocados, com graus diferentes de mobilização, na órbita desse

⁴⁹ O **Jornal de Maringá**, 5 de outubro de 1968, tablóide. A informação 26 PM 2/68 acusa O Jornal de Maringá de "difundir notícias tendenciosas e alarmistas, visando o alastramento da greve".

⁵⁰ O jornal veicula manifestações de solidariedade das seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico; Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Imobiliário de Maringá.

⁵¹ O "Comitê Popular de Apoio aos Operários em Greve" teria as seguintes atribuições: a) angariar fundos, dinheiro, roupas, alimentos, remédios; b) elaborar e distribuir boletins; c) organizar visitas aos operários e famílias; d) estudar formas de manifestação coletiva; e) estudar outras formas de atuação. Cf. "Ante-projeto para o Comitê Popular de Apoio aos Operários em Greve de Maringá", constante da pasta "Movimentos Grevistas em Maringá". Arquivos DOPS-PR.

⁵² Somente depois do encerramento da greve da Cia. Norpa e do descenso do surto grevista, os estudantes chegaram a fazer, no dia 11 de outubro de 1968, uma grande manifestação. A mobilização ocorreu em razão de motivações próprias do movimento estudantil. Ver o jornal **Folha de Londrina**, edição de 13 de outubro de 1968, que deu boa cobertura ao episódio. Mais recentemente, Laércio SOUTO MAIOR, um dos personagens do episódio, escreveu uma crônica a respeito, intitulada *Tempo quente*, na revista **Pois é** (de circulação regional), n. 6, janeiro de 1987.

processo de luta. Serão citados três casos: trabalhadores das indústrias alimentícias, bancários e empregados da empresa Expresso Maringá⁵³.

Os três panfletos tinham uma estrutura similar. Foi feita uma denúncia da situação vivida pelos trabalhadores das respectivas categorias profissionais. Afirmou-se que não era possível viver com aquele salário, sem o cumprimento dos direitos. Implícita ou explicitamente, os panfletos procuraram demonstrar a contradição inerente às relações de trabalho. O contraponto da situação dos trabalhadores era a lucratividade das empresas, gerada pelo arrocho salarial e/ou pelo não-cumprimento de direitos trabalhistas. As instituições estatais foram acusadas de favorecer o patronato, seja no que se refere ao controle sobre a estrutura sindical, seja no que diz respeito às políticas do governo federal. A expressão "arrocho salarial" estava presente nos três panfletos, mas foi no texto editado pelos grevistas do setor alimentício, no qual a presença da AP era mais evidente, que se verificou um vocabulário mais ideologizado. Afirmou-se que "vivemos oprimidos pelo arrocho salarial instituído pela ditadura para aumentar os lucros dos patrões, fazendeiros latifundiários e para aumentar os lucros do imperialismo"⁵⁴. O pano de fundo da mobilização foi definido da seguinte maneira: "nossa luta, assim, é a luta do povo operário contra o arrocho, é a luta contra o roubo de nossos direitos. Faz parte da luta do povo brasileiro contra o imperialismo e a ditadura"⁵⁵.

A tentativa de articulação de uma greve geral significava, na forma e no conteúdo, resistência e enfrentamento às políticas da ditadura militar. Por um lado, a mobilização transgredia, especialmente por ter aspirado a ser uma greve geral, os limites que o universo institucional da ditadura, por meio de expedientes crescentemente coercitivos, estabelecera para a atuação do movimento sindical e da sociedade civil em geral. Por outro, colocava em xeque as políticas econômicas vigentes, caracterizadas pela introdução de acentuado arrocho salarial.

Mais do que isso, a tentativa de deflagrar uma greve geral em Maringá se constituiu em um rico exemplo de articulação entre os movimentos de trabalhadores e as organizações de esquerda do período,

⁵³ Os panfletos têm o seguinte título: "Manifesto dos operários da Cia. Norpa Industrial ao povo. Por que estamos em greve?"; "Manifesto ao povo, o porquê da greve", subscrito pelos bancários de Maringá; "Mecânicos do Expresso Maringá lutam pelo reajuste de 35%".

⁵⁴ Cf. "Por que estamos em greve?". Manifesto dos operários da Cia. Norpa Industrial ao povo.

⁵⁵ *Idem.*

que tinham um horizonte revolucionário. De fato, a AP, uma das mais representativas organizações daquela geração, contribuiu decisivamente para todo o processo de mobilização. A greve geral foi, toda ela, matizada pela convergência das demandas dos trabalhadores locais com a política que a Ação Popular procurava colocar em prática, naquela conjuntura, em relação aos movimentos sociais.

Em certo sentido, pode-se definir a característica da greve de Maringá, para usar conceitos cunhados por George Rudé, como a intersecção de ideologias derivadas e inerentes⁵⁶. Aquelas advindas da estratégia da AP como organização de vanguarda, estas originadas da experiência dos operários e dos valores que adquiriram por mecanismos diversos. De um lado, era flagrante que os operários vivenciavam um sentimento de injustiça e de que estavam sendo desrespeitados em sua dignidade humana e em seus direitos mais elementares. De outro, a presença da AP foi responsável pela articulação desse sentimento com discursos e políticas mais amplos, que contestavam a ditadura.

Na conjuntura de 1968, é sintomático que as iniciativas políticas da Ação Popular, cujo destino último era a revolução camponesa, tivessem encontrado maior eco no movimento sindical urbano, particularmente junto aos trabalhadores dos setores que marcavam o processo de modernização econômica do município de Maringá: operários das indústrias de transformação de alimentos e setor de serviços.

De qualquer forma, também foi na região polarizada por Maringá que se verificaram as ações concretas de inserção no mundo do trabalho rural. Na prática, esses esforços não foram além das tentativas de "proletarização" de militantes de outras áreas de intervenção política, em especial do movimento estudantil da capital.

Apesar de a chamada proletarização ser um dos eixos da posição que predominou na AP, não se constata, até o final de 1968, uma prática acentuada, na organização paranaense, de deslocamento de quadros para a inserção no mundo do trabalho. Os primeiros casos, registrados ainda em 1967, apontam o deslocamento de dois militantes - Divo Guizoni e Celerino Carriconde - para Santa Catarina, região de abrangência do CR-2 que demandava reforço de quadros.

Nessa mesma época, houve o deslocamento, já citado, de Edésio Passos e Zélia Passos para Maringá, mas não se pode dizer que tenha ocorrido literalmente a "proletarização", uma vez que ambos continuaram

⁵⁶ RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

a exercer suas profissões originais, advogado e professora. Outro caso foi o de Paulo Gustavo, que também compunha a direção do CR-2. Tendo concluído o curso de medicina em 1967, Paulo Gustavo chegou a ensaiar, no início de 1968, a integração na produção na região de Criciúma, Santa Catarina, mas foi convocado, em meados de 68, para desempenhar tarefas organizativas junto à direção nacional da AP⁵⁷.

Esses prenúncios da chamada política de proletarização foram demandados pela necessidade de implantação da AP em regiões consideradas estratégicas. Mas os deslocamentos, de forma intensa e geral, ocorreram mesmo em 1969. O Inquérito 12/71⁵⁸, ao fazer um sumário da história da AP no Paraná, observou que, com o advento do AI-5, a direção nacional da organização pôs em prática a política de deslocamento, cujos desdobramentos levaram a que, até o final do primeiro semestre de 1969, praticamente todos os militantes do CR-2 fossem transferidos para outras regiões.

Na verdade, esclareceu Edésio Passos⁵⁹, houve uma combinação da linha política da organização com a necessidade de adotar medidas de segurança. A decisão, desde 1968, era transferir a militância de origem pequeno-burguesa para regiões em que se pretendia disseminar o trabalho da organização. Em 1969, antes do deslocamento para outras regiões do país, houve tentativas de implantar militantes em áreas rurais do norte do estado. Em decorrência da questão da segurança, no entanto, impôs-se a necessidade de transferir os quadros para outras regiões, medida conduzida pela direção nacional. Qualquer que fosse a potencialidade política desse método de proletarização, cuja eficiência suscita polêmicas na avaliação dos ex-militantes da AP⁶⁰, os deslocamentos tiveram, pois, pouca chance de fincar raízes e deixaram poucos rastros.

Houve renovação quase total dos quadros da AP do Paraná. Edésio Passos, por exemplo, foi transferido para Minas Gerais, enquanto Zélia Passos teve como destino a Guanabara. Estudantes que passaram

⁵⁷ Esses dados também constam dos inquéritos policiais.

⁵⁸ Inquérito 12/71, Dep. de Polícia Federal- Delegacia Regional do Paraná.

⁵⁹ Cf. entrevista concedida ao autor.

⁶⁰ A natureza e o alcance desse processo suscitaram, dentro e fora da AP, avaliações controversas. Herbert de SOUZA, em seu depoimento ao livro **Memórias do exílio**, fez um balanço pessimista e irônico de tal política. ARANTES e LIMA, 1984, cotejando aspectos favoráveis e desfavoráveis, concluíram que a experiência apresentou um saldo positivo. Cautelosamente, GORENDER, 1987 – autor que nunca teve vínculos com a AP – afirma que uma análise mais aprofundada estava por ser feita, mas pensava que o fato de a experiência não ter tido continuação e não ter sido repetida indicava que não lograra muito êxito.

pela tentativa de implementação da política de proletarização no norte do estado foram transferidos para São Paulo e, em seguida, para a Bahia. Tal situação levou a um novo período na história da organização regional da AP. Ainda em 1969, por meio do deslocamento de quadros de outras regiões e da aproximação de novos militantes, oriundos do movimento estudantil da capital do estado, a AP começou a se reconstituir no Paraná, mas eram evidentes as marcas da descontinuidade.

Sob o recrutamento da repressão

O Comando Regional se reconstituiu em 1969 e suas atividades, apesar dos deslocamentos de militantes, continuaram a ser dirigidas para as regiões onde se buscou implantação na fase anterior. Foram estabelecidos dois Comandos Seccionais para organizar as atividades da AP no Paraná. O primeiro, abrangendo a região de Curitiba, passou a ser referido como Canudos. O segundo, abrangendo o norte e o noroeste do estado, foi denominado como Roseira, subdividindo-se nas seguintes áreas: Ouro(Maringá), Prata (Londrina)⁶¹ e Melado (Goio-erê)⁶².

Analisado a partir de indicadores determinados, o perfil da militância era basicamente o mesmo daquele verificado no período anterior ao deslocamento. O Inquérito Policial nº 11/71⁶³, que se debruçou sobre as atividades da AP nesse período mais recente, indiciou 18 militantes vinculados à sua organização local. Esclareça-se que, por esse inquérito, eram indiciados apenas militantes ligados à seccional "Canudos". A faixa etária, com apenas uma exceção, localizava-se entre 20 e 30 anos, sendo que a maioria tinha menos de 25 anos. A militância era predominantemente masculina, já que apenas 6 militantes, 1/3 dos nomes arrolados, eram do sexo feminino.

Em termos de área de atuação, constata-se que 13 militantes, 70% dos nomes indiciados, estavam ligados ao movimento estudantil, universitário e secundarista, que era o setor de origem da maioria. A

⁶¹ Cf. Relatório 003/72 - DOPS-PR - "Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil", 22 de maio de 1972.

⁶² A existência desse terceiro núcleo da Seccional Roseira não consta do relatório citado na nota anterior. Sua existência e as atividades que desenvolveu estão registradas no documento, formulado pela AP em outubro de 1970, "Balanço do CS- Ros.: acerca do trabalho do partido na seção". Por meio do depoimento de Licurgo Nacazu, dirigente do Comando Seccional, foi possível aprofundar o conhecimento dos contornos das atividades da AP nesse núcleo. Tal documento pode ser localizado no acervo da Ação Popular, constante dos arquivos da DOPS-PR.

⁶³ Inquérito 11/71 - Delegacia Regional da Polícia Federal.

intervenção da AP junto ao movimento estudantil contava fundamentalmente com militantes formados nesse meio, havendo apenas deslocamento, de outras regiões para o Paraná, de quadros mais experientes para as atividades de direção.

Os estudantes envolviam-se nas atividades de entidades proscritas, como a UBES e o que sobrevivera da UNE. Os instrumentos locais do movimento estudantil foram acionados pelos militantes da AP, cujo principal QG era a Faculdade de Filosofia da UFPR. O jornal **Opinião**, dos estudantes dessa Faculdade, foi apreendido por veicular textos contra a ditadura e palavras de ordem antiimperialistas⁶⁴.

A situação da intervenção da AP junto ao movimento operário era mais delicada, especialmente por falta de militância formada nesse meio. Nesse período de reorganização, foi preciso deslocar militantes de outras regionais para tentar implantar o movimento operário na seccional "Canudos". Há, porém, registro de envolvimento direto de apenas três militantes com o setor operário.

Uma primeira experiência levou a que dois militantes trabalhassem em uma empresa siderúrgica, mas eles acabaram sendo demitidos, voltando a se empregar em uma empresa de venda de títulos, de laços diretos pouco evidentes com os trabalhadores. Outro caso era o de uma militante que, na condição de professora, desenvolvia trabalhos junto aos alunos do SESI (Serviço Social da Indústria) e ao MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), programa adotado pelas políticas educacionais da ditadura para, segundo os discursos oficiais, erradicar o analfabetismo do Brasil⁶⁵. Localizadas e frágeis, essas iniciativas não conseguiram se sedimentar, até porque os tentáculos da repressão impediram que prosseguissem.

Em novembro de 1971, um documento, debatido na V Reunião Ampliada do Comando Regional, fazia o seguinte balanço das atividades da AP nessa região:

Na seção Can. tem havido um grande distanciamento das massas. Nesses dois anos de trabalho, não houve ainda uma luta de maior expressão de que o partido tenha participado ou dirigido. No ME tem havido algumas pequenas manifestações, mas ainda bastante limitadas, sem marcar, no fundamental, uma mudança. O 1º de maio teve uma

⁶⁴ Esse fato está relatado na "Cópia autêntica da denúncia oferecida pelo representante do Ministério Público Militar junto à auditoria da 5ª CJM, referente ao processo crime nº 611/71". Acervo: "Ação Popular". Arquivo: DOPS-PR

⁶⁵ Cf. "Informação referente a 'Hermano', 'Francisco', 'Rita' e ' Vera Lúcia', Delegacia Regional da PF. Acervo: "Ação Popular". Arquivo: DOPS-PR.

condução bastante fechada, com o partido se limitando a divulgar panfletos. Nem mesmo as conferências previstas, o filme etc., que poderiam dar uma abertura maior, foram levados a efeito. Não houve abertura frente às diversas classes e setores, permanecendo isolados dentro dos quadros do Partido.⁶⁶

Em todos os níveis, as atividades organizativas da Seccional Canudos foram muito limitadas. Prevaleceu a atividade de propaganda e denúncia. Além da sistemática distribuição do jornal **Libertação**, órgão oficial da AP, os militantes participaram, por exemplo, de campanhas que denunciavam a prática ostensiva e deliberada de tortura por parte do governo federal. Fatos esses que constaram, com peso considerável, dos processos imputados contra a militância da AP do Paraná⁶⁷.

Usando fatos como os descritos acima como evidência irrefutável, o Inquérito Policial nº 11/71 dizia que a militância da AP, acusada de pretender reorganizar entidades proscritas, "pregava e aliciava, nos mais diferentes meios, com o uso de torpes subterfúgios e campanhas difamatórias, a subversão do regime vigente, maculando a hegemonia democrática de todos os brasileiros"⁶⁸.

Já se disse que o Inquérito 11/71 indiciava apenas a militância da Seccional "Canudos". Os militantes que atuavam na Seccional "Roseira", tudo indica, foram indiciados individualmente em outros estados, quando a repressão logrou êxito em dispersar os trabalhos políticos da AP na região⁶⁹. Com base nos indícios verificados nos vários documentos que fazem parte, na DOPS-PR, do acervo da AP e no depoimento de um de seus dirigentes⁷⁰, pode-se dizer que o perfil da militância, nessa região, não era distinto. Havia, aproximadamente, uma dezena de militantes, a maioria com origem em outros estados e no movimento estudantil.

Havia, contudo, uma diferença fundamental. Seguindo as diretrizes da política de "proletarização", a militância dirigiu-se ao mundo do trabalho rural, com vistas à preparação da guerra popular. A

⁶⁶ AÇÃO POPULAR, Orientação tática: questões para um plano político: propostas de Do, debatidas na V RACR, novembro de 1971. Acervo: "Ação Popular". Arquivo: DOPS-PR.

⁶⁷ Cf. "Cópia autêntica da denúncia oferecida pelo representante do Ministério Público Militar junto à 5ª CJM, referente ao Processo-crime 611/71." Acervo: "Ação Popular. Arquivo: DOPS-PR.

⁶⁸ Inquérito Policial 11/71, p. 1.

⁶⁹ Esse foi o caso de Licurgo Nakazu que, preso pela Operação Bandeirantes, foi processado em São Paulo. Cf. depoimento de Licurgo Nakazu.

⁷⁰ Trata-se de Licurgo Nakazu, que concedeu entrevista para a realização desta pesquisa.

região de Goio-erê, município localizado no noroeste do Paraná, foi escolhida para sediar a experiência⁷¹. Essa área abrigava uma população de arrendatários e parceiros, fato que se ajustava, aparentemente, ao ideário da revolução camponesa. Além disso, havia, nessa conjuntura de 1968 e 1969, lutas dos arrendatários por melhores contratos.

Quando a AP iniciou sua instalação na região, verificava-se a ascensão do movimento dos arrendatários. Qualificando o movimento como espontâneo, a AP tentou assumir a sua direção e influenciar os seus destinos. Essa tentativa não logrou êxito, visto que, de um lado, a repressão foi muito forte e, de outro, a organização e seus quadros não tinham raízes nessa luta. Um documento de balanço das atividades do Comando Seccional, referindo-se a esse primeiro momento, afirmou: “experiência de participação nas lutas dos rendeiros (...) foi marcada pelo aventureirismo pequeno-burguês”⁷².

No segundo momento, marcado pelo descenso das lutas, procurou-se fincar raízes nessa área. Integrados na produção, os militantes da AP participaram, na fazenda São Bento, de uma experiência de luta reivindicatória dos arrendatários. Esse movimento obteve relativo sucesso, resultando em um contrato mais favorável: além da obtenção de uma renda mais vantajosa, conseguiu-se que os arrendatários tivessem liberdade para introduzir outras culturas, não sendo mais obrigados a plantar, como até então ocorria, somente o algodão⁷³. Em contrapartida, o movimento obteve irradiação mínima. Não foi revertida, enfim, a tendência de descenso das lutas.

No final de 1970, a militância da Seccional “Roseira” mudou o eixo de sua intervenção e procurou se integrar às zonas urbanas, particularmente Maringá e Londrina. Ocorreu que, diante das tentativas de explicar a dinâmica do movimento, surgiu o questionamento da

⁷¹ Fundado em 1955 e localizado a 170 km de Maringá, o município de Goio-erê tinha, no censo de 1970, uma população predominantemente rural (62.050 habitantes no campo e 13.726 na área urbana) e uma economia baseada na cultura do algodão. Acompanhando a tendência verificada ao longo da década de 70 em todo o Paraná, houve modernização da agricultura, caracterizada pela introdução das culturas associadas do trigo e da soja, e grande evasão da população rural. Segundo dados levantados em 1996, a proporção entre a população urbana e a rural foi totalmente invertida: há 27.039 habitantes na área urbana e 4.497 na zona rural. Atualmente, esse município é sede de um Câmpus avançado da Universidade Estadual de Maringá.

⁷² AÇÃO POPULAR, “Balanço do CS - Ros: acerca do trabalho do partido na seção”. Outubro de 1970. Acervo: “Ação Popular”. Arquivo: DOPS-PR. p. 1.

⁷³ Cf. depoimento de Licurgo Nakazu.

caracterização das estruturas do campo como semifeudais e da linha de revolução camponesa.

Esclareça-se que, não obstante a definição pela linha maoísta em 1968, as disputas em torno das concepções revolucionárias não adormeceram no interior da AP. A própria influência do maoísmo assumiu feições bastante complexas e algo paradoxais.

Setores da AP foram rompendo com a noção de que era necessário construir um partido inteiramente novo e caminharam para o reconhecimento de que o PC do B era o partido histórico do proletariado brasileiro. O corolário desse processo foi a incorporação da maioria da AP ao PC do B, no início de 1973. Manteve-se, entretanto, um programa razoavelmente identificado com a estratégia maoísta para a revolução, de perfil nacional-democrático e com o centro de gravidade no campo. Também o PC do B, embora repelisse a necessidade de um partido de novo tipo e procurasse se afirmar como o partido histórico, identificava-se, em fins da década de 60 e início da década de 1970, com a linha chinesa.

Por seu turno, aqueles que seguiram defendendo a construção de um partido da nova etapa do marxismo, o maoísmo, romperam com a compreensão de que o Brasil era um país semifeudal e que a revolução deveria vir do campo, passando a defender a revolução imediatamente socialista. Foram essas concepções, influentes no Paraná do início da década de 1970, que orientaram os setores que não se incorporaram ao PC do B e continuaram a denominar-se AP.

Em Maringá, a AP procurou estabelecer, em consequência da revisão de posicionamento, contatos com a população da periferia da área urbana e com lideranças políticas. Mas se tratou de um trabalho incipiente, interrompido pela necessidade de novas transferências, já que prisões ocorridas em outras regiões acabavam expondo a riscos os militantes locais. Em Londrina, o trabalho foi mais incipiente ainda.⁷⁴

O recrudescimento da repressão teve grande alcance desorganizador sobre a atuação da AP paranaense, como de resto sobre toda a esquerda. No segundo semestre de 1971, praticamente todos os militantes da AP no Paraná estavam indiciados em processo e presos, com exceção daqueles considerados como foragidos, entre os quais estavam incluídos os dirigentes do Comitê Regional. Havia, também, aqueles que tinham deixado a organização, seja por motivações pessoais ou políticas, seja por causa da repressão. Enfim, quando foi promovida a

⁷⁴ Cf. depoimento de Licurgo Nakazu.

incorporação de parcela significativa da AP ao PC do B, a organização regional praticamente inexistia.

De qualquer forma, tal incorporação não ocorreria de forma indolor no Paraná. Conforme esclarecimento de Luis Manfredini, as posições de Paulo Wright e Jair Ferreira de Sá, líderes nacionais de um setor que rejeitou a incorporação e seguiu denominando-se AP, eram hegemônicas no Paraná e em Santa Catarina. Manfredini, que depois viria a se ligar ao PC do B, ficou - segundo suas próprias palavras - "transitando no vácuo", visto que o referido partido não estava organizado no Paraná⁷⁵.

Algumas considerações finais

A história da AP no Paraná não seguiu, mecanicamente, a mesma trajetória da organização em nível nacional. Se os temas e tendências nacionais exerceram influência, ficou evidente que a prática concreta assumiu dimensões específicas, por conta da interseção das políticas gerais com experiências verificadas nessa realidade concreta.

A presença da JUC foi decisiva, a exemplo do restante do país, na constituição da AP no Paraná, mas a presença da Juventude Democrata Cristã, fortemente organizada nas entidades estudantis, é um fato que não pode ser menosprezado. Isso se refletia não apenas nos embates internos, como demonstram os depoimentos, mas na atuação política junto ao movimento estudantil, a principal frente de intervenção política da AP paranaense naquele momento.

A descontinuidade entre o período anterior e o posterior ao golpe militar não se verifica apenas na evasão de antigos e na incorporação de novos militantes. Constata-se que a descontinuidade é exercida, principalmente, no que se refere à formação política. Como a adesão de marxistas independentes e de estudantes sem vínculo com o cristianismo do primeiro momento foi preponderante, a militância que se incorporou à organização nesse novo período não tinha vínculos com sua história e sua formação não era tributária do catolicismo engajado da JUC nem do catolicismo politicamente moderado da JDC. Nesse contexto específico, fica difícil, pois, falar em superação do cristianismo pelo marxismo.

A adesão à linha maoísta e o desdobramento na "proletarização" da militância "pequeno-burguesa" não se explicam em razão do passado

⁷⁵ O depoimento de Manfredini foi registrado em HELLER, Milton Ivan. **A resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro/Curitiba, Paz e Terra/Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1988, p. 481-488.

cristão, mas de opções colocadas no campo do marxismo. Não obstante suas limitações, foi essa leitura marxista que identificou a possibilidade, não confirmada pelos fatos e pela dinâmica das estruturas sociais, da emergência da revolução camponesa, na região norte do estado.

Verificou-se que o processo grevista ocorrido em Maringá foi resultante, fundamentalmente, da singular convergência entre a estratégia da AP e a experiência que os setores que se envolveram nas mobilizações tinham. É factível supor que os movimentos pudessem ocorrer sob outra influência e direção, mas também é verdade que as características seriam diferentes. Por sua vez, os matizes da linha política da AP, em convergência com outras experiências, tenderiam a produzir movimentos com características diferentes.

Mesmo observada a descontinuidade de composição da militância na virada da década, a crítica às políticas de guerra popular camponesa sofreu a mediação da luta política desenvolvida nesse contexto, que passava por um processo de modernização capitalista e de urbanização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, Vozes, 1990.
- CHACON, V. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas**. Brasília, UnB, 1985.
- COSTA, A.M. “O DOPS e os trabalhadores” In **Cadernos da UPT**, Curitiba, n. 1, 1993.
- DE DECCA E. “Rebeldia e revolução na histórica social” In BRESCIANI, M.S., SAMARA, E.M & LEWKOWICZ, I. (orgs.). **Jogos da política, imagens, representações e práticas**. São Paulo, ANPUH; Marco Zero; e FAPESP.
- GARCIA, M.A. “AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo” In **Em tempo**, 20 de setembro de 1979.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo, Ática, 1987.
- HELLER, Milton I. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro/Curitiba, Paz e Terra/Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- LIMA, H. & ARANTES, A. **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

- MARTINS FILHO, J. R. **Movimento estudantil e ditadura militar**. São Paulo, Papyrus, 1987.
- MARX, K. “O método da economia política” In: FERNANDES, F.(org.). **Marx & Engels: história**. São Paulo, Ática, 1983.
- MORAES, D. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989
- POERNER, A. **O poder jovem**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PRIORI, A. **O protesto do trabalho**. Maringá, EDUEM, 1996.
- REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- REIS FILHO, D. A. & SÁ, J. F. **Imagens da revolução: documentos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, D. A. *et alii*. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, Edunesp, 1993.
- RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SILVA, A. O. **História das tendências no Brasil**. São Paulo, Proposta Editora, 1987.
- SILVA, O. H. **Communistes et anticomunistes: l'enjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Paraná de 1945 a la fin des années 70**. Thèse pour le doctorat de sociologie. Paris, Ecole des hautes études en sciences sociales, 1993.
- SOUZA, H. *et alii*. **Memórias do exílio**. São Paulo, Livramento, 1976.

RESUMO

Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná

Este artigo analisa a experiência da AP (Ação Popular), uma das mais representativas organizações da nova esquerda brasileira da década de 60, no estado do Paraná. Neste estudo, será investigada a relação entre a política nacional da AP e a sua experiência no contexto regional.

Palavras-chaves: Ação Popular; Nova Esquerda Brasileira; Revolução Brasileira; Ditadura Militar.

ABSTRACT

Toward a history of Ação Popular in the State of Paraná

This article analyses the experience of the Ação Popular- AP (Popular Action), one of the most representatives organisations of the Brazilian New Left, in the sixties, in the state of Paraná. In this research, the subject will be investigated by studying the relationship between the national policy of AP and its experience in the regional context.

Key-words: Ação Popular; Brazilian New Left; Brazilian Revolution; Military Dictatorship